

ENTREVISTA

ERMINIA MARICATO

Arquiteta, urbanista, professora, livre-docente aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), pesquisadora e ativista, Erminia Maricato possui uma trajetória admirável, coroada com a mais alta premiação da América Latina, o Colar de Ouro da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos (FPAA), em 2020. Entre suas diversas publicações fundamentais que avançam ao longo das décadas, acompanhando as transformações sociais e urbanas em nosso país, podemos mencionar *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial* (1979); *Metrópole na periferia do capitalismo* (1996); *Habitação e cidade* (1997); *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana* (2001); *A cidade do pensamento único* (2009); *O impasse da política urbana no Brasil* (2011); *Para entender a crise urbana* (2015).

Além de agregar ampla experiência em diversas gestões públicas, Ermínia Maricato deixou a marca de um ativismo único e incansável, de quem jamais deixou de pensar planejamento urbano e políticas habitacionais para cidades profundamente desiguais. Atualmente a autora compõe o Comitê Nacional do BrCidades, pensando uma agenda que possa contemplar, em conjunto, as muitas questões urbanas, desde a habitacional, o meio ambiente, o saneamento e a segurança pública, até a segurança e a soberania alimentar.

No profícuo diálogo que segue, vemos emergir noções lapidárias cunhadas pela autora, como o “nó da terra” e “as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”, as quais possibilitam compreender algumas das mais profundas contradições da formação urbana do Brasil, que conseguiu incorporar aspectos de modernização e manutenção de privilégios, com a permanência da exclusão, do arcaico e do precário.

Muitos aspectos da questão urbana intensamente analisados pela autora ao longo de sua trajetória estavam presentes nas ruas em 2013. Para ela, é fundamental observar as relações entre o mercado imobiliário, o aumento do custo de vida e do valor dos aluguéis acima da valorização dos salários, bem como as políticas habitacionais que lançavam a população pobre para longe dos grandes centros, sem abastecê-la de serviços como saneamento e transporte público adequado. Com profundidade, Erminia nos lembra que naqueles protestos a questão urbana era basal.

A obra e a vida de Ermínia Maricato são fundamentais para apreensão do contexto carregado de complexidade e conflitualidade com o qual nos deparamos nos últimos anos. A partir do olhar cuidadoso direcionado às bases, aos bairros e às vivências das periferias pobres nos cantos muitas vezes esquecidos das cidades, a autora nos mostra a importância de olharmos para os múltiplos aspectos que envolvem a precariedade habitacional e a ausência de fornecimento de serviços e equipamentos públicos para periferias autoconstruídas e favelas. Tal perspectiva nos provoca não somente a analisar criticamente os fenômenos, mas também a pensar horizontes possíveis com base nas necessidades da população periférica.

Erminia Maricato foi entrevistada por Taísa Amendola Sanches, pesquisadora de pós-doutorado na Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (PPGPUR/IPPUR/UFRJ). Taísa é mestre e doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pesquisadora da Rede Observatório das Metrópoles.

Brena Costa de Almeida

Taísa Amendola Sanches

Desigualdade & Diversidade: Professora Erminia, agradecemos a sua disponibilidade para participar da entrevista. Esta entrevista se direciona a uma segunda parte do dossiê que a revista *Desigualdade & Diversidade*, da PUC-Rio, está publicando sobre as manifestações de junho de 2013, dez anos depois. Nesse sentido gostaríamos de começar fazendo a mesma pergunta feita ao professor Marcos Nobre, que foi entrevistado na primeira parte do dossiê. Nos anos 2010, da chamada Década da Indignação Global, novas configurações das ações coletivas vinham se formando em todo o mundo e, por aqui, expressam-se mais fortemente com o ciclo de protestos de junho de 2013. Ou seja, os ciclos de mobilizações contestatórias irromperam em levantes populares massivos em diversos países e, no Brasil, vivíamos um contexto de intensas transformações urbanas. Como você interpreta a emergência das grandes mobilizações de junho de 2013?

Erminia Maricato: Eu tive muito tempo para pensar nisso porque, antes de 2013, naqueles primeiros eventos, entendi que nós tínhamos, no Brasil, dados muito objetivos para entender o que estava acontecendo. Até porque eu tinha dado um curso para jovens da periferia do Rio de Janeiro e uma das queixas que todos eles fizeram foi o fato de que, no Rio de Janeiro, você tem muitos acontecimentos culturais, exposições, *shows* que são gratuitos, mas a que eles não tinham acesso, porque, no fim de semana, eles não tinham transporte, não tinha um ônibus. Aquilo para mim foi uma chave que virou, porque o Milton Santos, o nosso grande pensador e geógrafo,

cunhou uma expressão que é o “exílio na periferia”, e, para mim, aquilo caiu que nem uma luva. Entendi o exílio na periferia que os jovens ficavam. Mesmo se houvesse o transporte, o custo é muito alto. Hoje mesmo eu li um texto sobre o fato de o transporte em Salvador ser 22% do salário mínimo. E você toma o ônibus todos os dias para ir trabalhar, porque, em geral, os trabalhadores, a população de mais baixa renda, fica longe dos locais de trabalho. Bom, então, naquele período, nós tínhamos esse problema de um transporte que custava muito caro, especialmente para os jovens, que em grande parte não trabalhava, e a moradia também.

Eu escrevi o artigo “A questão urbana no Brasil hoje” (2012). Nele, você tem dados muito objetivos do ponto de vista do cotidiano, da vida urbana, do ponto de vista da reprodução da força de trabalho no Brasil para essa insatisfação. No entanto, é evidente, você mesmo está colocando, não foi uma expressão só no Brasil, mas os números foram impressionantes: mais de 500 cidades no Brasil tiveram manifestações. Se eu fosse escrever atualmente, aliás tenho escrito, a gente tem que levar em consideração a conjuntura internacional.

E sobre isso eu queria falar o seguinte, o lulismo, especialmente o primeiro e o segundo governos, caminhou praticamente na contramão da conjuntura internacional. Nós tivemos um PIB, um crescimento econômico interessante, nós tivemos um crescimento de empregos interessante, nós tivemos políticas que erradicaram a fome... Enquanto a social-democracia sofria muito impacto e perdia espaço, no Brasil, a esquerda cresceu nesse período. Embora eu também faça uma crítica que ela se institucionalizou, pois praticamente acabou deixando o chão das cidades, os bairros, as escolas, essa capilaridade que nós tínhamos no espaço urbano no Brasil, que vinha lá dos anos 1970, 1980, essa capilaridade se perdeu, as periferias foram tomadas, e hoje elas são a expressão disso por um movimento do crime organizado e de milícias. E isso é Brasil, não estou falando do Rio de Janeiro apenas, onde o fato é mais gritante, mas, então, você tem uma mudança nas periferias, também, com uma religião neopentecostal conservadora, que substituiu aquilo que eram as comunidades de base que vinham da teologia da libertação antigamente. Nós estávamos nas periferias, nós derrotamos a ditadura graças aos movimentos sociais urbanos ligados ao movimento operário. O que aconteceu a partir de 2013? Não é que a direita ganha protagonismo no Brasil. Olhando a conjuntura internacional, você percebe o quanto, inclusive muitos estudos estão mostrando, nós caminhamos para uma nova dependência internacional. Enquanto no período da industrialização, vamos colocar 1940, 1980, o Brasil parecia que ia deixar a condição de subdesenvolvido, produzindo uma indústria forte para o mercado interno, a partir de 1980, com a globalização neoliberal, nós temos uma desindustrialização, um retorno de um protagonismo da agricultura de exportação que hoje é tão forte no país.

Há um enfraquecimento dos sindicatos e da classe trabalhadora com a desindustrialização, assim nós temos uma mudança muito forte de conjuntura. Claro que isso tudo se soma às raízes do Brasil, essa desigualdade que vem de 350 anos de escravidão, mais de 400 anos de hegemonia

grave exportadora, essa oligarquia que permanece no poder até hoje. Mas, sem dúvida nenhuma, você pode enxergar questões nacionais e internacionais. A partir de 2013, quem não enxerga uma incidência de forças, principalmente dos Estados Unidos, é porque não quer ver. Você tem a Lava Jato, tem o protagonismo da classe trabalhadora, o PT¹ e os partidos todos de esquerda. As forças de esquerda têm certo acomodamento. Surge aí, claro, o PSOL,² que é novo, os movimentos que são novos, mas é muito difícil você tirar essa incidência que é muito forte, que é internacional.

Além dessa correlação de forças internacionais, por exemplo, pesando sobre o Brasil, esse notável aumento da desigualdade internacional, isso ocorre no mundo inteiro, a concentração de renda e concentração de riqueza, você tem esse aumento da dependência, uma fragilidade da soberania nacional, um novo imperialismo, como no livro de David Harvey,³ um “imperialismo de espoliação”. Em 2005, ele lança um livro que fala dessa espoliação que a gente vê aqui, o que aconteceu na Amazônia, você tem ataques à democracia, o surgimento dessas expressões fascistas. Eu acho que nem tudo nós entendemos ainda, uma irracionalidade, um histrionismo de presidentes nos Estados Unidos, no Brasil, na Argentina, alguma coisa que a gente realmente estranha, mas, sem dúvida, essa globalização neoliberal traz uma nova subjetividade auxiliada por uma revolução tecnológica. Essa coisa de *fake news*, o individualismo, até na academia nós temos essa força do individualismo. O Marcos Barbosa escreveu um texto⁴ sobre como as novas teses nas academias viraram mercadoria, e as pessoas têm que vender as teses, ficar conhecidas, publicar, e quando eu me lembro bem, o que era a academia na década de 1970, eu fui estudante no final dos anos 1960, você tinha movimentos coletivos muito importantes, então como se não bastasse tudo isso, nós temos a crise climática e a geopolítica, eu falo dessa crise geopolítica, que é seríssima. Eu falo tudo isso pra dizer o quanto o mundo está mudando, e quanto isso nos afeta? Eu acho que nós temos que enxergar tudo isso olhando para a conjuntura nacional, a conjuntura latino-americana e a conjuntura internacional, que tem uma incidência muito forte sobre os nossos países atualmente.

D&D: Em 2013, você afirmou que as manifestações não representavam uma surpresa, justamente pelas questões que está examinando agora. As políticas públicas não representavam os anseios da população, especialmente a população periférica, que vivenciou melhorias nas condições de vida, mas não a possibilidade de acesso a bens culturais, como você mencionou no

¹ PT = Partido dos Trabalhadores.

² PSOL = Partido Socialismo e Liberdade.

³ HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

⁴ BARBOSA, Marcos. Ciência: força produtiva ou mercadoria?. *Crítica Marxista*, [s. l.], n. 21, p. 77-96, 2005.

início da sua fala. Agora, com esses outros tópicos – a institucionalização da esquerda, a presença maior de ilegalismos representados pela milicianização, a maior presença das igrejas neopentecostais nas periferias e no Brasil como um todo –, como você interpreta o momento atual? Acredita que essas questões podem levar a novas manifestações, como as de junho de 2013?

EM: Não vejo isso. Eu me sinto perplexa, como muita gente, de ver o quanto os nossos partidos, as nossas forças progressistas caminharam para uma paralisação. Participei de um evento que me surpreendeu: a candidatura do Raimundo Bonfim, que foi presidente da Central de Movimentos Populares, com o Boulos, foi na quadra dos bancários.⁵ Havia mais de 2 mil pessoas, que eram vindas de 40 bairros da cidade de São Paulo.

Então é um fenômeno interessante, mas como eu falei pra você, nós estamos em uma conjuntura nova. Alguns economistas, como o Bresser-Pereira, estão falando da falta de saída da globalização neoliberal desse capitalismo, e muito do histrionismo parece que vem dessa falta de saída. E eu fico me perguntando se nós não estamos mesmo na iminência de mudanças grandes. Se o declínio dos Estados Unidos, por exemplo, continuar caminhando ao mesmo tempo que uma ascensão da China, de países do Oriente, o declínio da Europa, como nós estamos vendo e alguns autores até falam (o Márcio Pochmann tem falado que esse é um período de grande mudança, semelhante ao que aconteceu na crise de 1929, por exemplo). Então, até falei isso na ocasião, para as duas mil lideranças de São Paulo que estavam lá, nós precisamos ter coragem, do meu ponto de vista, de resgatar o que nós já tivemos de muito bom, que foram as prefeituras democráticas, que a esquerda pouco fala disso atualmente. Um país que ficou famoso pela democracia local, com o orçamento participativo; com os corredores de ônibus, que foi uma criação brasileira; com a urbanização de favelas, que tirou muita gente da miséria.

Nós tivemos uma política habitacional local, com os mutirões, com muita participação social. Esse ciclo das prefeituras democráticas foi ignorado, não vamos ignorar o que o Lula fez com o Fome Zero, com o Bolsa Família, com as cotas nas universidades, não vamos ignorar o aumento de vagas nas universidades, mas ignorar o poder local é um erro muito grande, porque a democracia, especialmente quando você fala das mulheres, chefes de família, é fundamental que seja de proximidade, como os portugueses falam, a democracia da proximidade, a democracia do bairro. Foi com muita felicidade que eu vi o Boulos com a ideia da descentralização da gestão, de você voltar a ter realmente subprefeitos ou administradores regionais que tenham poder.

O que você tem hoje, por exemplo, nos últimos governos de São Paulo, são governos que só olham para a cidade legal, e eu gosto muito de falar que a cidade ilegal, no Brasil, especialmente nas metrópoles, é majoritária. Eu sei que isso não é muito divulgado na mídia. Você tem 2

⁵ Quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

milhões de pessoas em São Paulo que moram em favela, é uma metrópole, mas não é só o pessoal de favela. As nossas periferias também são ilegais, elas não observam, por exemplo, se você fala “cadê a posse da terra ou da casa?”; a posse da terra já é difícil, legalizada em cartório, da casa nem se fala. Quando se faz uma casa, você tem que pedir licença na prefeitura, seguir código de obra, seguir lei de zoneamento, seguir leis de loteamento e parcelamento, leis de meio ambiente. Enfim, esse universo que os urbanistas se deleitam discutindo e que o mercado imobiliário na verdade toma conta na cidade, é uma cidade legal oficial. É para lá que vai a maior parte do orçamento público atualmente. Para quem mora em São Paulo, o entorno do Rio Pinheiros está sendo o lugar do grande urbanismo do espetáculo, é onde você tem o preço do metro quadrado mais caro ali, na continuação da Faria Lima. As periferias são um inferno: gente, violência, epidemias, agora está voltando dengue e *chikungunya*, risco de desmoronamento, enchente, e o Estado chega com a polícia violenta, não tem Estado. O Adauto Cardoso mostrou em um estudo recentemente, em um debate no qual eu estava participando, que 40% da região metropolitana do Rio de Janeiro está na mão do crime organizado, das milícias – é quase a metade.

D&D: Ao mesmo tempo você fala dos movimentos sociais mais organizados, do surgimento do PSOL e do fortalecimento do partido com a figura do Guilherme Boulos, e, por outro lado, desses ilegalismos, da inflexão neoliberal, qual seria, então, o espaço da participação?

EM: Então, primeiro vamos só reafirmar, nós temos um Legislativo calcado em uma oligarquia atrasada. Nós temos uma centralização muito forte do poder no Brasil e pouca incidência das forças de esquerda, das forças progressistas sobre esse Legislativo e Executivo. Nós temos um atravessamento dos nossos espaços institucionais por esses ilegalismos, essa expressão que está assumindo o crime organizado. A partir de 2017, a Frente Brasil Popular nos convidou para trabalhar num projeto para o Brasil que eu fiquei maravilhada, porque era o que eu queria fazer. Eu estava um pouco desencantada com a universidade, com os movimentos sociais, com o próprio PT e assistindo àquela tragédia da Lava Jato condenar a maior liderança operária da história desse país, eu pensei: *vou me dedicar, agora que estou aposentada, a discutir um projeto para o país que é muito importante*. Então, o MST,⁶ que assumiu a Frente Brasil Popular, é muito criativo, de fato, e é muito forte com o movimento de base. Havia 31 pessoas, entre profissionais, pesquisadores, estudiosos do Brasil e ativistas, e eu fiquei encarregada da questão urbana, junto com a professora Carina Leitão. Elaboramos um manifesto e lançamos nas redes sociais, e aí a minha vida virou de ponta-cabeça.

Eu acabei criando uma rede, mesmo sem querer, porque veio gente do Brasil inteiro somar e repensar as cidades. Foi uma surpresa, porque é um pessoal de esquerda, progressista, e é um pessoal que, em geral, está fora das instituições; tem muito petista, ex-prefeitos, por exemplo,

⁶ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

da época das prefeituras democráticas. José Machado foi prefeito de Piracicaba, Cláudio de Mauro foi prefeito de Rio Claro, a Tânia, vereadora do Rio, ela estava na nossa rede antes de ser eleita vereadora, agora, infelizmente, a gente não consegue mais contar, pois ela está muito ocupada.

Nós constituímos núcleos em mais de 30 cidades no Brasil, abrangendo todas as regiões, e em 22 universidades. Com professores da área de urbanismo, fizemos vários fóruns, uma conferência nacional popular pelo direito à cidade, tudo isso sem grandes instituições e com pouquíssimo recurso. Estamos escrevendo na *Carta Capital*, *GGN*, *Outras Palavras*, *Le Monde Diplomatique*, em vários veículos parceiros. Bem, estou falando tudo isso porque, primeiro, eu vivi as prefeituras democráticas e vivi nas periferias, nas comunidades de base. Havia aquela emergência de novos personagens, como afirmou o Eder Sader no livro *Quando novos personagens entraram em cena*, na década de 1970, nos movimentos urbanos. E eu vi o que é aquela democracia local, o que é se encontrar e discutir o que o bairro precisa, o que as mães precisam, principalmente as mães solteiras, as chefes de família, que aqui em São Paulo são 30% da população. Uma creche é uma coisa incrível na vida dessa mulher: ela deixa o filho lá, sabe que vai ter comida, sabe que vai ter atenção e fica tranquila. Muitas delas são empregadas domésticas; o Brasil é o país que mais tem empregada doméstica no mundo – isso é um resquício da escravidão.

Nós fizemos várias redes nacionais naquela época e conseguimos fazer uma emenda à Constituição Federal de 1988, uma emenda que eu defendi. E eu fui escolhida para defender a nossa emenda, que era, representada pelos engenheiros, pelos arquitetos, pelo movimento de favelados. E a gente inseriu na Constituição Brasileira, pela primeira vez, um capítulo sobre a questão urbana, incluindo a função social da propriedade, que infelizmente nunca foi aplicada, ou até foi, mas pouquíssimas vezes no Brasil.

O fato é que eu fiz parte da gestão da prefeitura da Luiza Erundina como secretária de Desenvolvimento Urbano. Foram mais de 14 mil moradias numa situação de crise econômica. E por quê? Porque os movimentos vinham trabalhar no canteiro e eram moradias e até hoje eu mostro nas faculdades de arquitetura, é o direito à arquitetura, não é aquela coisa horrorosa, de carimbo, que não tem equipamento fora da cidade. Depois eu fui para o primeiro governo Lula, para a transição, para criar o Ministério das Cidades. Jamais pensei que o Ministério das Cidades fosse construir conjuntos habitacionais sem arquitetura, uma coisa tão sem direito à cidade, isolado na periferia. E por quê? Porque nós não regulamos a terra no Brasil até hoje – chamo isso de nó da terra. O nó da terra atravessa essa sociedade e a gente conversa muito pouco sobre isso. A reforma agrária existe na Constituição, o direito à moradia existe na Constituição, mas o direito a uma terra legalizada, regularizada em cartório, não.

Mais da metade da população brasileira não tem acesso à moradia formal, nem pelo mercado, nem pelas políticas públicas. O Minha Casa Minha Vida é importante, mas é muito

importante que você faça reforma urbana para que essa população venha para o espaço onde o Estado está presente, onde tem lazer, onde tem tudo isso. Eu acredito na democracia construída a partir dos bairros, a partir de onde mora a população, a partir das periferias. Nós temos ótimas propostas para as periferias, aliás a principal delas, chamamos de “A rede que pode transformar o país”, uma rede na qual a criança, além de ficar o dia inteiro na escola, ela tem arte, esporte, cultura e isso é brasileiro, isso é o Darci Ribeiro, isso é o Tarcísio, isso! Uma criança da periferia que não vai ficar à mercê do crime organizado, que vai comer três vezes por dia – como acontece nos CEUs em São Paulo, e nos Cucas em Fortaleza. Nós podemos mudar uma geração que é essa que está aí, sem oportunidade, sem futuro, vamos ver se o governo Lula consegue, parece que muita gente está querendo fazer esse projeto, vamos ver se vai sair.

D&D: Em 2024 teremos as eleições municipais, que serão também fundamentais para decidir os rumos das próximas eleições no âmbito federal e estadual. Você mencionou a questão educacional... Acho fundamental reiterar aqui a questão da experiência dos CEUs e dos CIEPs, a força que os movimentos sociais têm nas periferias. Além disso, em se tratando das políticas de mobilidade, que foram cruciais nas manifestações de 2013, quais são os caminhos e os desafios que persistem nesse sentido?

EM: Eu acho que talvez essa seja a pior situação. Claro, o meio ambiente é uma tragédia; nós temos 100 milhões de pessoas no Brasil sem esgoto. Imagine tudo isso indo para os riachos, para os mares... Mas nas cidades, se considerarmos o cotidiano da reprodução da força de trabalho, a mobilidade, sem dúvida, é um dos piores problemas. Eu estava falando das mães, pois defendo muito as chefes de família, mas devemos falar também da população preta e parda. Os mapas mostram que essa população está nas periferias, onde está concentrado o emprego, onde está concentrada a cidade legal, oficial.

Vinte anos separam a expectativa de vida de quem mora na periferia, lá no fundão da zona leste, de quem mora aqui no Jardins, em São Paulo. A pessoa vive 20 anos a mais nos Jardins, tem toda uma rede, inclusive de saúde; então, sem dúvida nenhuma, você pode morar longe mas, por exemplo, em Paris, há uma proposta de 15 minutos de distância. Eu não gosto de citar o primeiro mundo, a gente faz muito isso e são ideias fora do lugar, como mostra Roberto Schwarz. Mas é nada além de 15 minutos. Você pode ir a pé ao trabalho, à escola, à padaria, à feira, ao mercado, e isso é absolutamente inviável a curto prazo para nós, porque as periferias são realmente apartadas, e o ônibus no fim de semana não tem, e mesmo em dia de semana você tem uma precariedade muito grande nos transportes. Imagine uma mulher com uma dupla jornada, trabalha fora e depois cuida da casa, da família. Ela passa duas horas, por exemplo, no transporte. Pense no que isso significa, ida e volta, em se tratando dos locais de trabalho; não precisa nem falar que é longe dos parques, dos museus.

Nós temos uma questão de política urbana que tem a ver com localização e qualidade da moradia, e envolve mobilidade, envolve pensar: *onde eu vou trabalhar, onde é que fica o posto de saúde, onde a criança vai estudar...* então, é uma questão urbana. Quanto mais o governo investe em um local, mais sobe o preço da terra, então o orçamento público é disputado e, em geral, o mercado imobiliário ganha de longe essa disputa; porque, infelizmente, nós temos vereadores que trabalham direto para o mercado imobiliário, e consequentemente apostam nessa exclusão, nesse *apartheid*.

Nós estamos em um momento em que não vejo a força que eu via quando eu participava dos movimentos. Essa juventude capturada por essa máquina infernal, e nós temos o dever de politizar essa juventude. De algum modo, ela precisa saber o que foi a ditadura, o que é a globalização neoliberal, a história da escravidão no país, que sempre foi algo sufocado etc. Nós estamos num país que mais da metade da população é preta e parda, e essas cabeças de donos de escravos continuam.

Você não supera rapidamente 350 anos de prática de escravismo, ao contrário do que muita gente de esquerda pensa. Eu sou de esquerda, mas eu não concordo com esse discurso de que essa luta das identidades atrapalha a luta de classes. Eu acho que há, na luta de identidades, uma real exploração, uma real subordinação. É importante que nós, na luta de classes, possamos falar da questão de gênero, a questão de cor, de etnia. Eu não me sinto, claro, oprimida, porque eu sempre ocupei um espaço, mas eu vejo a questão de gênero como fundamental, a questão de cor, a questão étnica, os povos originários, a juventude; tudo isso é muito importante.

No Brasil, 40% dos trabalhadores são informais. Você tem, obviamente, um enfraquecimento do movimento da classe trabalhadora, mas acho que nós temos que buscar superar essa marca da individualidade, da incompreensão, do ódio, e trabalhar a solidariedade, o amor, a natureza. Nós temos tanto essa ligação com o mundo, com a sobrevivência do mundo, quanto com a sobrevivência da humanidade, e superar essa política do ódio, sem dúvida.

D&D: Quando apresentou a sua candidatura à cadeira de professora titular da USP, você trouxe o texto “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”.⁷ Desde então, as formas de abordagem das questões urbanas já trouxeram muitas ideias de fora, mais relacionadas a perspectivas pós-coloniais e decoloniais, que surgiram com muita força, principalmente na última década. Entre essas perspectivas, você destacaria alguma possibilidade interpretativa para as questões urbanas que a gente está discutindo aqui?

EM: Uma divergência que eu tenho com muitos dos colegas e das colegas é sobre a questão de achar que planos diretores, legislação de regulação de uso e ocupação do solo não vão resolver

⁷ MARICATO, Erminia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 121-192.



nosso problema, não vão. O que isso nos mostrou é que a lei é usada até para excluir, para colocar para fora das cidades, ou seja, a aplicação da lei às vezes ajuda a aprofundar desigualdades.

E a gente tem colocado muita coisa na lei desde o seminário da reforma urbana de 1963, que foi um dos esforços de reforma de base no Brasil antes de 1964. Desde o seminário da reforma urbana nós temos lutado por isso. E nós temos feito muita conquista, mas as conquistas são principalmente legais. Nós temos o Estatuto da Cidade, que é uma das leis mais festejadas no mundo. Imagina que eu fui falar até na Holanda sobre o Estatuto das Cidades, um país mais organizado, que tem territórios abaixo do nível do mar. Então aí eu fui entender o Brasil; foi lendo o Roberto Schwartz, que é meu grande amigo e que eu encontro toda semana. É muito bom ouvi-lo, porque eu não sou socióloga, nem filósofa, nem literária ou professora de literatura, e ouvindo eu aprendo muito.

Quando eu escrevi sobre as ideias fora do lugar, o Francisco de Oliveira estava na banca e falou: “Então você também está falando do lugar fora das ideias”. Para mim, é muito essa proposta de querer resolver o problema com uma lei. Nós temos leis maravilhosas que permitem resolver o nó da terra no Brasil, mas nós não as aplicamos, nem as terras devolutas foram cadastradas no Brasil. Todo mundo está vendo que a Amazônia tem terra que não acaba mais, que não tem propriedade. Eu gosto muito de citar um estudo, que saiu numa edição da revista *Pesquisa Fapesp*, sobre o fato de que as terras registradas do Pará somam duas vezes a superfície do estado do Pará. Para você ver como é o registro de terras no Brasil. Um ex-orientando meu, Joaquim Costa Neto, mostrou que, durante a demarcação de terras dos parques estaduais paulistas chegou-se a desapropriar o mesmo pedaço de terra por quatro vezes seguidas, porque as terras tinham diferentes registros em cartório. Então é uma zona. É o caos o registro de propriedade da terra no Brasil e a reforma agrária está na nossa Constituição. Quando o MST ocupa uma terra que está sem uso, portanto sem função social, que está abandonada, que não tem proprietário, ele é acusado de terror. Eu não me conformo com isso. São Paulo tem 600 mil unidades habitacionais vazias, segundo o último censo de 2022. Agora, eu pergunto, quem está cumprindo a função social da propriedade?

A lei relativa à função social da propriedade passa a ser cumprida quando os movimentos ocupam prédios abandonados, porque, assim, passa-se a exercer tal função. Mas aí o povo é posto para fora. Então, acredito que é realmente necessário alfabetizar o povo sobre os direitos previstos na lei. Transporte é um direito previsto em lei, foi um projeto da Erundina, na Constituição Federal.

Então, voltando à sua pergunta, eu acho que nas prefeituras democráticas nós realmente começamos pôr as ideias no lugar. Por quê? Aquela cidade que muito prefeito de direita hoje não enxerga foi prioridade para nós. Era lá que a gente ia fazer a infraestrutura, por exemplo. Logo no começo do governo da Erundina, morreram quatro pessoas por desmoronamento numa favela aqui no Morumbi. Ela falou: “vocês têm que tirar todo mundo de áreas de risco”. Eu quase

entreguei minha demissão! São Paulo é gigante, uma das maiores cidades do mundo. Como é que nós vamos fazer isso? Nós fizemos um levantamento inédito na história do Brasil de quem estava em área de risco. Tiramos 5 mil pessoas de onde elas moravam enquanto faziam as casas.

Nem preciso dizer que eu fiquei quase louca. Mas ninguém mais morreu nesse período. Eu fui dar aula na Escola de Saúde Pública e levei um trecho do meu livro *Para entender a crise urbana*⁸ sobre o risco em São Sebastião (SP). Colei o trecho na parede e falei: “ó, escrevi isso em 2011”. Ninguém podia dizer que não sabia. Em municípios do litoral, especialmente, onde a casa é mais cara, as pessoas não têm onde morar e vão para a serra. E aí ocupa da forma menos segura. Estou falando tudo isso porque é ação. Nesse meu livro eu proponho não um plano diretor regulador, mas um plano de ação.

Esse plano de ação precisa comprometer o orçamento porque você tem muito *lobby* de gente que quer construir uma ponte, que quer pavimentar uma avenida para um bairro que vai aparecer, um loteamento fechado... Então, precisa controlar o orçamento público e definir ações onde não tem água, não tem esgoto, não tem coleta de lixo, porque tudo acaba nos córregos. E essa água vai para os mananciais. Então, temos muita coisa pela frente. Eu esqueci de citar um dos meus programas preferidos, que é a agricultura urbana. Eu acho o máximo. Por exemplo, você tem caminhões que rodam quilômetros, jogando carbono no ar, para trazer alimento para metrópole de São Paulo. O que a gente pode produzir aqui já ajuda o meio ambiente.

D&D: Então, você acha que o lugar está mais nas ideias agora?

EM: Não, eu acho que a gente pensou território nas prefeituras democráticas. A partir do retorno da hegemonia neoliberal, a gente andou para trás. Piorou a condição urbana. Piorou. Eu sinto muito dizer isso.

D&D: Você começou a entrevista falando sobre a situação internacional. O Brasil tem conexões com os Estados Unidos, por exemplo, como você mencionou, mas quais são as particularidades que você continua vendo daqui do Brasil para a gente pensar mais o lugar nas ideias?

EM: Eu penso nisso todos os dias, pois eu queria tanto ver alguma coisa nova surgindo! Vivi o final da década de 1970 com as greves operárias. As prefeituras democráticas começaram a aparecer por esse período. Aí apareceu o PT, o PDT; o PCdoB⁹ saiu da clandestinidade; o movimento de creche lá na Zona Sul de São Paulo, o movimento contra o custo de vida mais

⁸ MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

⁹ PDT = Partido Democrático Trabalhista; PCdoB = Partido Comunista do Brasil.



perto aqui do centro, o movimento por escolas... A igreja católica tinha uma centralidade, e os operários naquela época tinham os sindicatos muito fortes. Hoje eu não vejo isso.

Eu fico pensando onde a gente vai desaguar. O partido é o elemento central de toda a teoria leninista, aquela coisa que a gente tinha que vem de longe, da esquerda. Mas eu tenho esperança. Nas faculdades de arquitetura tem um movimento muito interessante. Em várias faculdades têm os cursos de extensão que estão levando os estudantes para as periferias. E nós temos uma lei federal de dois arquitetos maravilhosos: o gaúcho Clóvis Ilgenfritz e o baiano Zezeu Ribeiro, que é a lei de assistência técnica à habitação de interesse social. Você conhece isso, Já ouviu falar? É de 2008. É mais uma lei em que nós estamos trabalhando há anos e que agora está pegando.

Acompanho estudantes que vão para as periferias e ajudam a reformar casas, ajudam a fazer plano de bairro. Lá no Rio Grande do Sul, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo trabalha com o governo estadual e com as prefeituras num programa de nenhuma casa sem banheiro. Imagina não ter banheiro dentro de casa! O que significa isso? Essas pessoas também não têm rede de esgoto.

Os arquitetos trabalham em 17% das construções no Brasil. O resto não tem arquiteto. Isso é dado do nosso Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura não é luxo, gente! Arquitetura não é dispensável. Se você não tem uma casa bem ligada e relacionada com a trajetória do sol, com as aberturas, com ventilação, isso é uma casa insalubre, que é causa de muita doença respiratória em crianças e idosos. Então, sabe quando você acredita? Pois agora é obrigatório um tempo do curso para extensão. Pode ser que nem todo mundo faça a extensão que nós sonhamos, mas a maior parte com certeza vai fazer, porque é um movimento que a gente está levando à frente.

D&D: Você falou sobre a alfabetização urbanística durante sua carreira. Você acha que esses projetos de extensão fazem parte disso?

EM: Sem dúvida, sem dúvida. Você já viu o documentário *Fim de semana*? Já? Então, ele é de 1976,¹⁰ não é? E até hoje aquelas ideias valem. Quantas pessoas sabem neste país que a maior parte dos domicílios são construídos pela própria população, sem arquiteto, engenheiro etc.? Quantas pessoas sabem nesse país que a maior parte dos domicílios são ilegais? Quando um juiz quer dispensar é fácil. É isso que eu chamo de analfabetismo sobre a nossa realidade.

Agora, tem muita coisa interessante que nós estamos construindo e podemos gerar um projeto para o Sul global a partir desse extensionismo. Nós temos arquitetos, como a professora Liza Andrade, da Universidade Federal de Brasília (UnB), que trabalha com tribos indígenas,

¹⁰ “Documentário sobre a autoconstrução em bairros da periferia e municípios da Grande São Paulo. [...] Documenta as condições de vida nessas áreas e os sacrifícios em que se veem empenhados os trabalhadores que desejam realizar o ‘sonho da casa própria’: construir, aos poucos, com a ajuda de amigos e parentes, aos fins de semana”. Ver: FIM de semana. 1976. Vídeo (31min09s). Publicado pelo canal Emplasa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L1CVRw14J0>. Acesso em: 3 fev. 2024.

com quilombos, e leva a melhor condição de salubridade, de saneamento, com o envolvimento da população, saindo mais barato. É muito trabalho pela frente.

D&D: De 2013 para 2023, você acredita que houve um aprendizado urbanístico?

EM: Acho que está melhorando por causa das cotas, do extensionismo. A gente tinha muita preocupação, na academia, com um discurso teórico e abstrato, que é algo importante, não se pode negar. Com as ideias fora do lugar, é de gênio aquilo! Uma sociedade ao mesmo tempo escravista e liberal, que tal? No BrCidades, essa rede que eu citei, a gente foi muito para cima das universidades, que também sofrem de analfabetismo urbanístico ou analfabetismo sobre a realidade brasileira. E nos surpreendemos. É muito bom lidar com o pessoal das universidades, porque é gente que tem alguma experiência de conhecimento, de trabalho, e se você trazer para a realidade brasileira é tudo de bom.

D&D: De certa forma, falamos muito do processo de desfragmentação. A questão do individualismo, da individualização, das pautas... O individualismo que está dentro da própria ideologia neoliberal. Ao longo da entrevista você foi mencionando caminhos de encontrar essa junção, correto?

EM: Sim, se a gente pensar em gênero, raça, juventude... Essa questão da raça é uma coisa que tem condição de mudar o Brasil. A questão das mulheres é uma mudança da humanidade. Há séculos somos subjugadas. No país, raça é uma questão que muda o Brasil; é a maioria da população. Eu me envolvo demais, emocionalmente, quando vejo tanta abundância e tanto sofrimento. Eu li um livro sobre a pesquisa de Kohara e Comarú¹¹ acerca da população moradora de rua, e me surpreendi com as mulheres que tiveram vários filhos na rua...

D&D: Sim... Saiu recentemente o estudo do Ipea que mostra que a população de rua cresceu 211% nos últimos 10 anos. A pandemia pode ser um dos fatores, mas o empobrecimento da população continua sendo urbano. O desafio é como mobilizar essa população que está numa situação tão precarizada?

EM: O aumento dos alugueis, como eu já falei, essa crise, também está envolvido. Eu ainda não estou enxergando o grande desaguadouro para onde todos vamos. Todos. Fui convidada para falar em um evento muito interessante em uma associação em São Lourenço da Serra (SP), com pessoas que cuidam de uma área de Mata Atlântica, para um pessoal que está trabalhando empreendedorismo para jovens. Então, empreendedorismo é uma coisa individual, complicada.

¹¹ KOHARA, Luiz; COMARÚ, Francisco. *A moradia é a base estruturante para a vida e a inclusão social da população em situação de rua*. Curitiba: CRV, 2023.

Mas em São Lourenço da Serra tem muita gente que está produzindo orgânicos. Morango, *shiitake*, uva... Estão promovendo para esses meninos uma ideia de turismo ecológico com esses produtores. Se isso começa a surgir em vários lugares, você consegue ligar com a questão climática e ambiental. Havia umas cinquenta pessoas em torno disso naquele lugar.

D&D: Para concluir, com base no que você falou, fica claro que a questão urbana é central desde 2013. Você apontou aqui alguns novos atores desde 2013, como agora, sobre o crime organizado, que tem despontado como um novo desafio. O que mais você pode citar?

EM: Eu realmente acredito na capilaridade da participação. Eu não acredito, realmente, que se consiga trabalhar e ter democracia nesse país sem que se esteja com o pé na terra, no chão. Algo descentralizado. Na época que eu estava no Ministério das Cidades com o queridíssimo Olívio Dutra, nós organizamos uma esfera participativa. Costumo dizer que a gente achou que não ia acontecer nada errado. Por quê? Você cria uma conferência municipal da cidade. Aí você elege delegado e vai para a conferência estadual. Aí você elege delegado e vai pra conferência nacional. E lá você seleciona os representantes que vão para o Conselho Nacional de Cidades. É impressionante! A gente pensava sempre institucionalmente desde 1963 e a ideia era sempre ter uma participação popular e institucional.

Mas, por causa do mensalão, esse Ministério saiu da nossa mão. E aí veio o Minha Casa Minha Vida, sobre o qual a gente fez muita crítica, porque realmente não teve a regulação da terra, não havia bons projetos. É uma estética do empresariado, estética do capital, a habitação popular no fim do mundo. Em muitos lugares que eu fui o crime organizado estava mandando no conjunto, porque era uma ilha. Mas voltando a falar sobre a institucionalidade, sobre essa organização dos movimentos populares, nós precisamos recriar, alcançar novas gerações. Acho que há certo conservadorismo de parte das lideranças que entraram em determinados espaços. Claro que uma Conferência Nacional é importante, mas nós precisamos novamente chegar no território, na escala que todo mundo pode participar, “dar palpite”. Se a gente fizer isso, acho que a renovação acontece na prática, porque não dá para você ficar mantendo sempre as mesmas pessoas. Então, para o BrCidades, o mais importante é isso. É a gente pensar nas cidades porque as cidades são, principalmente, a reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, vejamos o que diz o Manuel Castells; é luta de classes e é a questão local.